

GREVE NACIONAL DA EDUCAÇÃO

NENHUM DIREITO A MENOS!

PELOS NOSSOS DIREITOS

O alinhamento dos governos Temer e Sartori, ambos do PMDB, traduz o objetivo do golpe no Brasil: implantar políticas de privatizações, o desmonte dos serviços públicos e a retirada de direitos sociais e trabalhistas que integram a agenda de seus respectivos governos. Estamos diante do retorno de um neoliberalismo feroz. Mais do que nunca é necessário unificar a luta dos trabalhadores.

RESISTÊNCIA PARA BARRAR ATAQUES

Os educadores gaúchos decidiram, em Assembleia Geral do CPERS, no dia 8 de março, deflagrar a Greve Nacional Unificada, chamada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE, a partir do dia 15, por tempo indeterminado. Através de um calendário de fortes mobilizações pelo Estado, o objetivo é pressionar os deputados federais e estaduais para que votem contra a Reforma da Previdência e os Projetos de Lei que integram o pacote de maldades do governo Sartori.

A categoria já mostrou sua força no final de 2016 quando, através de intensa mobilização realizada em frente a Assembleia Legislativa, fez com que o governo recuasse retirando a PEC 257, que retira o Artigo 35 da Constituição e obriga o Estado a realizar o pagamento no último dia do mês, a PEC 242, que trata da licença-prêmio e a PEC 256, que pretende acabar com a organização sindical (licença para atuar nos sindicatos).

CHEGOU A HORA DE MOSTRARMOS NOVAMENTE A FORÇA DA NOSSA RESISTÊNCIA

O fim da aposentadoria

No final de 2016, o golpista Temer anunciou a Reforma da Previdência (PEC 287), aumentando consideravelmente o tempo de contribuição dos trabalhadores (as), através de um modelo de Previdência altamente destrutivo, castigando a população mais carente e mantendo os privilégios da elite.

A reforma cria um regime único com idade mínima para aposentadoria de 65 anos para homens e mulheres (setor público e privado, rurais e urbanos), tempo mínimo de 25 anos de contribuição para aposentadoria proporcional (atualmente são 15 anos) e de 49 anos para a aposentadoria integral (atualmente são 35).

Força das mobilizações faz governo recuar

No dia 21 de março, após ter enfrentado intensas mobilizações contra a PEC 287, principalmente por parte dos educadores e servidores da segurança pública, Temer anunciou a retirada dos servidores públicos estaduais e municipais da Reforma da Previdência.

O CPERS realizou intensas manifestações em todo o Estado, pressionou os deputados pelo voto contrário e decretou a greve da categoria juntamente com a Greve Nacional chamada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE. O CPERS pressionou os deputados pelo voto contrário e decretou a greve da categoria juntamente com a Greve Nacional chamada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE. O recuo do governo é estratégico, quer nos desmobilizar. Precisamos continuar atentos!

Enquanto o direito de um único trabalhador for atacado, estaremos na luta!

Terceirizações: golpe aos direitos trabalhistas

No dia 22 de março, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei - PL 4.302, que aprova a terceirização generalizada e altera regras para o trabalho temporário que influenciará o próprio projeto de Reforma Trabalhista enviado em 2016 pelo governo Temer.

Consequências:

- Precarização do trabalho;
- Jornadas de trabalho maiores;
- Menos benefícios;
- Maior chance de acidentes de trabalho;
- Fim da estabilidade;
- Escolas podem terceirizar o trabalho dos educadores;
- Abertura para a privatização de escolas;
- Maior rotatividade dos trabalhadores (as) no mercado de trabalho;
- Menor investimento em qualificação;
- Piora na saúde física e mental dos trabalhadores.

É O MAIOR ATAQUE À LEGISLAÇÃO DESDE A REDEMOCRATIZAÇÃO



No RS: Sartori penaliza servidores e a educação pública

Mês após mês, o governo Sartori (PMDB) desrespeita os educadores e educadoras, sem reajustar os salários desde o início de sua gestão e agravando, de forma brutal, a sua subsistência com o contínuo parcelamento dos salários e do 13º, pago em 12 vezes. Além de diminuir fortemente os investimentos em educação, Sartori também não cumpre a Lei do Piso Nacional que foi reajustado em janeiro de 2015, 2016 e 2017 e que por isso sua reposição atual chega a 82,42%.

Crise para quem?

Conforme estudo do Dieese, entre 2014 e 2016, a arrecadação do ICMS cresceu 16,7%. O governo não explica onde foram aplicados estes recursos, como não faz o combate à sonegação (R\$ 7 bilhões ao ano) e não mostra com quem fica a desoneração de R\$ 9 bilhões, o imposto que o povo paga e fica com os empresários.

A nossa luta é:

- CONTRA AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA, TRABALHISTA E DO ENSINO MÉDIO;
- CONTRA AS TERCEIRIZAÇÕES E OSs;
- PELO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 35 (PAGAMENTO INTEGRAL DO SALÁRIO ATÉ O ÚLTIMO DIA DO MÊS);
- PELO PAGAMENTO INTEGRAL DO 13º;
- PELA REPOSIÇÃO SALARIAL, SEM ALTERAÇÃO DOS PLANOS DE CARREIRA;
- PELO PAGAMENTO DO PISO SALARIAL NACIONAL DO MAGISTÉRIO.

VOTAÇÃO DO PACOTE DE MALDADES SERÁ RETOMADA

No final de 2016, durante a votação do pacote de maldades do governo Sartori (PMDB) na Assembleia Legislativa, o protesto dos educadores e demais servidores foi reprimido com extrema violência pelo BOE. Mas nem a truculência fez com que recuassemos da luta. Quem recuou foi o governo, o que nos deu a certeza de que a nossa Greve de Resistência foi fundamental para barrar a aprovação dos projetos. Quando a votação for retomada, mostraremos novamente a nossa força!

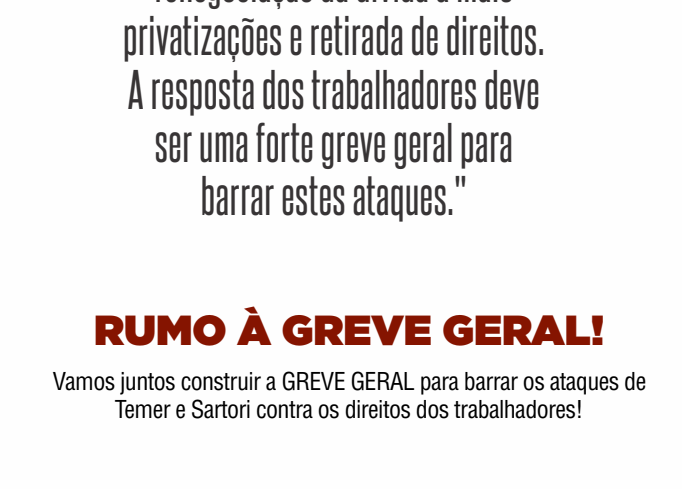
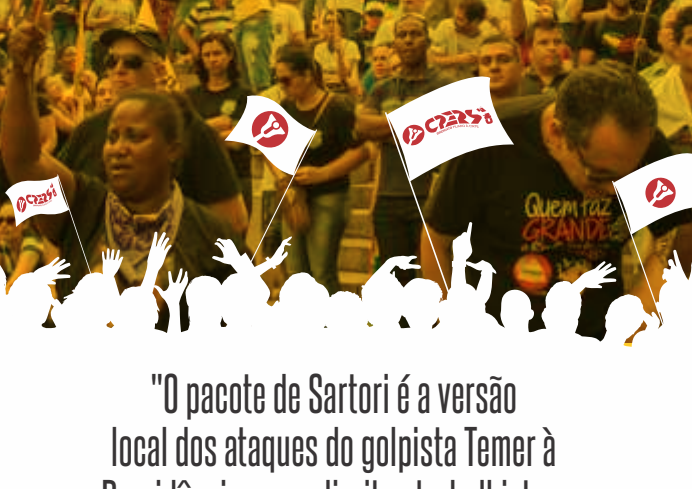


Calendário de ações

O COMANDO DE GREVE DO CPERS APROVOU O SEGUINTE CALENDÁRIO DE AÇÕES:

- Realizar escrachos e acampamentos em frente às residências dos(as) deputados (as);
- Fazer cartazes com os rostos dos(as) deputados(as) que apoiam as políticas de Temer e Sartori para retirar os direitos dos(as) trabalhadores(as);
- Realizar panfleteação na comunidade;
- Realizar plenárias nas escolas para debater a Previdência (cartilha do CPERS) com a presença da comunidade;
- Realizar vigília e paralisações nos dias de votação do pacote do governo Sartori;
- Participar dos Comitês Municipais contra a Reforma da Previdência Social;
- Criar Comitês de Base nas escolas contra as Reformas que retiram direitos;
- Gravar pen-drives com as opiniões dos(as) deputados(as) de cada região sobre a Reforma da Previdência;
- Realizar Seminário sobre a Reforma do Ensino Médio;
- Realizar Moção de Repúdio Contra a Reforma da Previdência nas Câmaras de Vereadores;
- Unificar a luta com os sindicatos de trabalhadores(as) e demais movimentos, criando comitês municipais e nos bairros contra as reformas neoliberais e demais ataques dos governos federal e estadual.

- **28 de março:** vigília dos educadores e demais servidores que compõem o Movimento Unificado dos Servidores - MUS, na Praça da Matriz, para pressionar os deputados e exigir que votem contra o pacote de maldades do governo Sartori;
- **31 de março:** Assembleia Geral do CPERS.



A QUALQUER MOMENTO OS PROJETOS PODEM SER VOTADOS

Se isso ocorrer, a mobilização voltará com toda força na Praça da Matriz. Ainda restam 13 pontos a serem votados. Veja quais atingem diretamente aos educadores e às educadoras:

- PEC 242/2015: extingue a licença-prêmio;
- PEC 256/2016: pretende acabar com os sindicatos;
- PEC 258/2016: acaba com os adicionais por tempo de serviço;
- PEC 257/2016: acaba com a obrigatoriedade de pagar em dia os salários e o 13º;

PEC 259/2016: retira a necessidade de plebiscito para implantar a privatização da CEEE, da CRM, da Sulgás e do Banrisul.



"O pacote de Sartori é a versão local dos ataques do golpista Temer à Previdência e aos direitos trabalhistas. Agora, Temer condiciona a renegociação da dívida a mais privatizações e retirada de direitos. A resposta dos trabalhadores deve ser uma forte greve geral para barrar estes ataques."

RUMO À GREVE GERAL!

Vamos juntos construir a GREVE GERAL para barrar os ataques de Temer e Sartori contra os direitos dos trabalhadores!

www.cpers.com.br
Gestão 2014/2017